

QUANDO NOSSO MUNDO SE TORNOU CRISTÃO (312-394).

VERA IRENE JURKEVICS¹

Palavras-Chave: Cristianismo, conversão, fé.

When our world turned Christian

Keywords: Christianity, conversion, faith.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 285 p.

O antiquista francês, autor de vários estudos acerca da civilização clássica, recentemente publicou esta obra que analisa a trajetória do cristianismo no Império Romano, durante o século IV, quando pelas mãos de Constantino, o trono se tornou cristão e a Igreja, uma potência. Contrariando a historiografia tradicional que aponta causas políticas para sua conversão e o define, portanto, como um interesseiro e calculista, Paul Veyne acredita na sinceridade da conversão do Imperador, embora não possa precisar quando ou em que circunstâncias ela teria se dado. Sugere que antes mesmo do anúncio da conversão, possivelmente, o Imperador já havia se cristianizado. No entanto, indica, como outros, que Constantino revelou um sonho na noite que precedeu a batalha de Ponte Milvio, em que o deus cristão prometera-lhe vitória em sua campanha contra Maxêncio, usurpador de Roma e da Itália, se ele se proclamasse cristão. No dia imediato, 28 de outubro de 312, antes da batalha decisiva, às margens do Tibre, em que o oponente foi morto, Constantino mandou pintar uma cruz no escudo dos soldados. Logo após a vitória, foi anunciada sua religião pessoal.

A repressão ao Cristianismo no Ocidente datava do final da Dinastia Júlio-Claudiana, no século I, com Nero, sob a acusação de que os cristãos teriam incendiado Roma. Logo depois, os apóstolos Pedro, considerado o fundador da

¹ Doutora em História Religiosa pela UFPR, Professora de História da Antiguidade Tardia e Medieval da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), de História das Religiões da Faculdade Leocádio José Correia (FALEC) e membro do Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER).

Igreja Cristã e primeiro bispo de Roma², e Paulo, responsável pela conversão dos gentios, foram mortos na defesa do deus cristão e, nos séculos que se seguiram, ocorreram incontáveis perseguições marcadas por extrema violência. A última fase de combates intensos aos cristãos ocidentais deu-se entre 303 e 311, sob o comando de Dioclesiano e avançaram pelos primeiros anos do governo de Constantino, que subiu ao trono em 306. Essencialmente, as perseguições eram motivadas pelo caráter monoteísta do Cristianismo, já que os cristãos se recusavam a reconhecer os deuses oficiais do paganismo romano e se negavam a prestar o culto imperial, legitimação religiosa do despotismo dos soberanos, o que atentava contra a estabilidade do poder político-religioso imperial. Apesar dos esforços de enfraquecer a difusão cristã, os martírios, contrariamente, contribuíram para fortalecer a coesão do movimento e a sua expansão.

Veyne aponta que no início do século IV apenas cinco ou dez por cento da população do Império era cristã, número muito reduzido para que a conversão do Imperador tivesse tido motivação política. Diferentemente, Ferdinand Lot³ defende que Constantino, na melhor das hipóteses, teria se tornado deísta, algo entre o paganismo e o cristianismo e, para sustentar seu parecer indica que as representações de seu governo, sobretudo as moedas, apresentavam de um lado o monograma cristão e, do outro, a invocação ao deus-sol, além de que Constantino nunca renunciou ao título de *Pontifex Maximus*, indício, na visão de Lot, de que não se afastara totalmente das tradições pagãs. Nesse sentido, Paul Veyne foi além das questões aparentes e ampliou sua análise para a figura do homem de Estado e sua luta para manter a estabilidade do Império.

Para direcionar o fio condutor de seus argumentos, Paul Veyne perguntou: “Que homem foi esse Constantino, de papel decisivo?” (p.12) que desempenhou tão importante papel para a sobrevivência do Cristianismo, até então apenas uma seita de vanguarda?

O autor apontou que, apesar de não impor pela força sua nova fé a seus súditos, o imperador proibiu o paganismo nos domínios de sua pessoa, ou seja o culto imperial foi mantido, com grinaldas, vinho e incenso, mas sem o sangue de animais. Gradativamente substituiu os espetáculos de gladiadores cristãos por trabalhos forçados nas minas e pedreiras, para que fossem poupados da obrigação legal de pecar. Pouco depois, assinou o Édito de Milão ou Édito de Tolerância, que se estendia para além dos cristãos, a todos os grupos religiosos. Além disso, estabeleceu o princípio de igualdade entre cristãos e pagãos, no

² Com a expansão do Cristianismo, Roma, Antioquia (Síria), Corinto (Grécia), Alexandria (Egito), Cartago (África) e Lyon (Gália) transformaram-se nas primeiras igrejas cristãs do Império Romano.

³ LOT, Ferdinand. *O Fim do Mundo Antigo*. Lisboa: 70, 1999.

exercício de suas funções a fim de que dividissem um espaço público religiosamente neutro. E, para que essa relação se efetivasse, ele favoreceu significativamente os cristãos, como a construção de numerosas igrejas, a distribuição de grandes recursos e a isenção de impostos ao clero, o que já era de direito dos religiosos pagãos. Nesse sentido, tais medidas apenas concediam ao cristianismo os mesmos privilégios que o paganismo já desfrutava. Como Sumo Pontífice, ao Imperador cabia fixar o calendário das festas religiosas, dos dias fastos e dos nefastos, em que o trabalho era proibido, assim, em 321, através do Édito de Constantino, oficializou o domingo como o dia de repouso, conforme a tradição judaico-cristã.

Ao analisar a originalidade do cristianismo, Veyne defende que não se refere ao seu pretense monoteísmo, já que se fundamenta na Santíssima Trindade, mas ao gigantismo de seu deus, criador do céu e da terra e que, apesar de seu antropomorfismo, tornou-se um deus metafísico, sem deixar seu caráter humano. Por outro lado, as figuras centrais/plurais foram reunidas de tal forma, numa ordem cósmica, que o cristianismo configurou-se como uno, ou um politeísmo monista, o que fazia dele uma religião superior, que dava a todos os homens uma vocação sobrenatural e uma igualdade espiritual. Dessa forma, na visão de Veyne, tratava-se de uma religião digna de um jovem e piedoso Imperador.

Outro aspecto enfatizado pelo historiador era caráter amoroso de Deus Pai e sua infinita misericórdia por cada um de seus filhos. Um sentimento de amor profundo unia humanidade e divindade, essencial tanto para Deus quanto para os homens, diferentemente dos deuses pagãos que viviam, antes de tudo, para si próprios.

Ainda argumentando acerca do triunfo do cristianismo Veyne indica que, a natureza sobrenatural de Deus Filho, seus milagres e sua ressurreição, foram mais importantes que os exemplos de sua vida, descritos nos Evangelhos. Não foi a sua morte no Calvário, mas a Ressurreição. Aliás, essa divindade era antes de tudo histórica, diferentemente dos deuses pagãos de temporalidade feérica, mágica. A cruz era símbolo, não do suplício, mas de vitória, o triunfo do ressuscitado sobre a morte. Além disso, uma outra marca do cristianismo era a moral, estranha ao paganismo. Dela, para a reconstrução do Paraíso e do Inferno, foi um pulo, apesar de parecer contraditório que esse Deus amoroso tivesse criado o pecado e a danação. De qualquer forma não era a esperança no além que gerava a conversão, mas um amplo projeto divino do qual o homem era o destinatário. A existência terrena não se constituía mais numa breve passagem entre dois nada, antes pautava-se pela fraternidade, de amor ao próximo, reproduzindo o amor de Deus pelos homens. Por isso, para um

convertido, a grande busca era uma vida santa, de disciplina e de obediência à Igreja.

Deslocando sua análise da teologia para o mundo material, Paul Veyne indicou que, anos depois, quando Licínio, Imperador do Oriente, pagão, destituiu funcionários cristãos de sua corte e negou permissão para o exército ocidental avançar em seus domínios em campanha contra os sármatas, Constantino o enfrentou e derrotou, em 324, unificando o mundo romano e efetivando a unidade do cristianismo. Sem imposição de fé ou destruição de templos pagãos, Constantino, promoveu o Concílio de Nicéia, a fim de realizar a unidade da Igreja Cristã, já que seu trono poderia, de alguma forma, ser ameaçado pela falta de identidade espiritual entre os romanos. Na seqüência foram apontadas questões relevantes de sua gestão, como a fundação de Nova Roma, mais tarde denominada de Constantinopla, em que, mais uma vez Veyne, fugindo da abordagem política, justificou a necessidade do Imperador se distanciar de Roma, o “Vaticano” do paganismo.

Os sucessores de Constantino, de acordo com a análise de Paul Veyne, mantiveram as suas diretrizes no sentido de apoiar a Igreja, até a sua oficialização como religião do Estado em 391, com Teodósio. Assim, argumenta o historiador, da religião pessoal do Imperador, “o cristianismo tornou-se a religião do trono” e completou afirmando que “não era o Imperador que politizava a religião e se servia dela, mas era a religião que se servia do Imperador, naquilo de que tinha necessidade” (p.212).